



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1949383 - PR (2021/0221516-5)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : DJALMA WILIAN MARTINS DA SILVA
ADVOGADO : JEAN PAULO BITTENCOURT MONTEIRO - PR073339
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por DJALMA WILIAN MARTINS DA SILVA, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 810), contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

Alega a parte recorrente que "o principal elemento de prova que fundamentou a condenação do recorrente foi a apreensão de drogas em uma propriedade rural, sendo que, com este, nada de ilícito foi encontrado" (fl. 815).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

O recorrente não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação no caso concreto, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo sem sequer trazer argumento para sustentá-lo.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial, sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente